

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	11
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	21
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	22
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	23
10.5 - Políticas contábeis críticas	25
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	27
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	28
10.8 - Plano de Negócios	29
10.9 - Outros fatores com influência relevante	30

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Sendo uma empresa de consumo de massa, estamos sujeitos a fatores de ordem macroeconômica que possam reduzir o potencial de compra dos consumidores brasileiros e consequentemente nossa capacidade de colocar produtos no mercado.

Os fatores macroeconômicos mais relevantes, e que já foram detalhados acima são:

- Inflação
- Política cambial, monetária e taxa de juros
- Lei trabalhista
- Política fiscal

Estes fatores podem retirar nossa competitividade, em especial aos produtos importados. Hoje, nossos maiores concorrentes são os produtos produzidos na China e que entram no Brasil através da importação direta do varejo ou de importadores.

O aumento da carga tributária nos últimos anos sobre a produção nacional, tem nos obrigado a migrar parte do nosso faturamento para a China, pois a produção no Brasil tem perdido competitividade em função de fatores de macroeconomia, como impostos, câmbio e juros. O nível de crédito no país tem uma grande influência sobre nossos negócios e consequentemente é um fator de risco, caso a política governamental venha a reduzir o crédito no mercado.

Política Cambial: por termos nossos maiores concorrentes os importadores, a taxa cambial é um fator de grande risco para nosso mercado pois caso o real venha a ser apreciado frente ao dólar americano, as importações de brinquedo vão aumentar significativamente, aumentando assim nossa concorrência. A companhia, para se manter constantemente competitiva, também compõe sua coleção com parte de produtos importados. A decisão de se produzir mais ou menos no Brasil é tomada sempre nos dois primeiros meses de cada ano, quando se compõe a coleção final de brinquedos. Esta decisão dependerá fundamentalmente da taxa cambial pois é ela quem dá mais ou menos competitividade à produção nacional. A Companhia não trabalha com linhas de crédito em moeda estrangeira, o que elimina nossa exposição de risco cambial. Como as importações são pagas antecipadamente, temos o custo correto do produto antes de estabelecer o preço de venda e com isto conseguimos preservar a rentabilidade.

Taxa de juros: a taxa de juros é um fator de risco para a companhia mais do que para o mercado. Como o preço médio do brinquedo nacional é ao redor de R\$ 30,00, em geral os consumidores não dependem de financiamento para poder comprar estes produtos. Por outro lado, a companhia é uma grande tomadora de recursos de capital de giro de curto prazo e a taxa de juros tem um impacto direto no seu resultado. Nos últimos anos, a Companhia tem tomado por volta de R\$ 50 milhões de capital de giro de curto prazo para financiar suas operações. Como estratégia, procuramos ter em nossa composição de custos para elaborar os preços de venda 10% a mais do que a média do último ano da taxa de captação. Isto significa que até este valor, nossas margens ficam preservadas. Acima deste percentual de 10% existe o risco de perda de margem, desde que não se aplique reajustes de preços.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. riscos para os quais se busca proteção

A companhia tem procurado se proteger através de ações em duas áreas:

1) Taxa de cambio: como já explanado anteriormente, a taxa de cambio pode dar um ganho de competitividade aos produtos importados, em comparação com os de produção nacional. Neste sentido, a Companhia vem desenvolvendo fornecedores na China com o objetivo de manter uma flexibilidade entre produzir e importar, dependendo da taxa de juros anual e do cenário do câmbio, além dos custos estruturais e de oferta de bons produtos. No setor de brinquedos, as empresas costumam renovar 30% de sua coleção a cada ano. Isto dá a oportunidade de anualmente, dependendo da taxa cambial, da companhia decidir por importar mais ou menos e com isto preservar sua competitividade e sua rentabilidade. Outro ponto importante é que no setor de brinquedos as importações da China são pagas 30% na colocação do pedido e 70% no embarque, ou seja, quando o produto chega no Brasil já temos o seu custo final, independente de possíveis variações cambiais. Dentro da estratégia de importação da Estrela, não importamos um mesmo item no mesmo ano, a importação é feita em uma só vez, o que também mitiga o risco de variação cambial. Diante destes fatores a companhia não trabalha com hedge cambial pois além de tudo é uma modalidade muito cara no Brasil.

2) Taxa de juros: neste caso, a companhia tem procurado administrar melhor seu fluxo de caixa, ampliando prazos de pagamentos de seus principais fornecedores, assim como administrar uma política mais rigorosa de estoques de produtos acabados. Também temos procurado estruturar operações de financiamento de longo prazo, para ficar menos vulnerável às oscilações de crédito de curto prazo no mercado.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A companhia não emprega operações de hedge para proteção cambial oferecidas pelo mercado financeiro e prefere adotar o modelo descrito no item 1) e 2) onde a proteção ou hedge é natural e buscada pela competitividade de preços de produtos importados pela companhia versus os importados pela concorrência. Na verdade, a adoção de proteção do tipo hedge oferecidas pelo mercado financeiro poderiam trazer um rompimento de competitividade na medida em que a moeda pré-fixada na operação de hedge financeiro poderia ficar em desequilíbrio com as cotações dos produtos importados pelo mercado, o qual também não opera com hedge. Há também que se considerar que por tratar-se de um negócio altamente sazonal, o mencionado desequilíbrio tem um nível de exposição longo, com frequência meses, o que inclusive torna as operações de hedge financeiro bastante onerosas. E a companhia avalia pelo seu histórico que essa estratégia tem sido acertada.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como já explanado em a e b, a proteção buscada é na competitividade do suprimento de produtos desde a idealização das coleções.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

No caso da taxa cambial e taxa de juros, um acompanhamento pela diretoria financeira, sempre em contato com nossos financiadores, para tentar antecipar possíveis oscilações de mercado. E a avaliação da competitividade dos preços de venda nas negociações com os clientes e no ponto de venda. E o crescimento nas vendas da companhia respaldam o acerto no gerenciamento dos riscos de câmbio e juros.

Na verdade, para uma atividade fortemente sazonal como a da companhia, o grande risco a ser gerenciado é mercadológico em relação à aceitação das coleções ofertadas.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Como já exposto, a companhia não opera com instrumentos de hedge financeiro, quer seja para proteção, quer visando objetivos de ganhos extras.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Verdadeiramente a função de gerenciamento de riscos está implícita nas áreas mercadológicas da companhia e na área de suprimento com a liderança direta de seu presidente.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A performance das coleções, em especial dos produtos importados na questão em pauta, é a principal ferramenta de controle de risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:**

Nossos controles internos consistem em métodos e procedimentos adotados a fim de salvaguardar nossos ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção, com o objetivo de evitar fraudes, erros e ineficiências. A companhia possui um software integrado de gestão, através do qual é controlado e registrado todos os procedimentos operacionais. A Contabilidade e a Controladoria emitem mensalmente relatórios, analisados pela Administração e Diretoria. Ao fim de cada trimestre, e também anualmente, são emitidos demonstrativos financeiros que são submetidos à Auditoria Independente.

b) As estruturas organizacionais envolvidas:

Contabilidade, Controladoria e Administração/Diretoria

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A administração da companhia discute e avalia mensalmente as informações apresentadas em todos os relatórios gerados pelos setores envolvidos e verifica possibilidades de melhoria em seus controles. Os cargos envolvidos são: administrador, contador, controller.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:**CARTA DE CONTROLE INTERNO****I. CONTÁBIL****1. STARCOM NE – ICMS, PIS e COFINS s/ Imobilizado**

O balanço patrimonial da Empresa STARCOM NE apresenta o saldo demonstrado no quadro abaixo, relativo a crédito de impostos sobre ativo imobilizado:

Descrição	Saldo em 31.12.2018 – R\$
ICMS s/ Ativo Imobilizado	205.063,54
PIS s/ Ativo Imobilizado	72.583,68

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

COFINS s/ Ativo Imobilizado	334.323,79
TOTAL	611.971,01

Essas contas estão sem movimentação desde 2012, e não possuem conciliação.

Recomendação: Analisar, mediante conciliação, se esses créditos são efetivos e realizáveis. Caso não sejam, realizar sua baixa contábil para o resultado.

2. EDB – Deságio da JM e STARCOM NE

Em 2012 e 2016 a EDB adquiriu participações societárias das Empresas JM e STARCOM NE, respectivamente. Ocorre que o excedente da participação da EDB sobre o valor justo líquido de ativos e passivos identificáveis das adquiridas (ganho por compra vantajosa), cujo saldo em 31.12.2018 está demonstrado no quadro abaixo, foram registrados como conta redutora de investimento:

Descrição	Saldo em 31.12.2018 – R\$
Deságio JM	71.067,24
Deságio Starcom NE	392.658,24
TOTAL	463.725,48

Ressaltamos que o adequado seria reconhecer esse excedente em conta de resultado. Abaixo transcrevemos o Item 32 do CPC 18 (R2) – Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, que trata desse assunto:

“32. O investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto deve ser contabilizado pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que o investimento se tornar sua coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto.

Na aquisição do investimento, quaisquer diferenças entre o custo do investimento e a participação do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida devem ser contabilizadas como segue:

- (a) o ágio fundamentado em rentabilidade futura (goodwill) relativo a uma coligada, a uma controlada ou a um empreendimento controlado em conjunto (neste caso, no balanço individual da controladora) deve ser incluído no valor contábil do investimento e sua amortização não é permitida;*

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(b) qualquer excedente da participação do investidor no valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da investida sobre o custo do investimento (ganho por compra vantajosa) deve ser incluído como receita na determinação da participação do investidor nos resultados da investida no período em que o investimento for adquirido.” (Grifo nosso)

Recomendação: Que esse saldo seja baixado para o resultado de exercícios anteriores, em atendimento a Norma Contábil supracitada.

3. EDB – E-Commerce

Em 31.12.2018 o saldo da conta contábil denominada E-commerce, que representa o saldo a receber de vendas por meio de comércio eletrônico, era de R\$ 849.821,76. O Departamento Financeiro não possui a composição analítica desse saldo.

Tal fato, além de impossibilitar nossa análise na referida conta, ainda evidência falha no Sistema de Controle Interno da Companhia.

Recomendação: Que sejam adotadas medidas que proporcionem que o sistema informatizado atualmente utilizado pela Companhia gere a composição analítica desse saldo, visando fortalecer o Sistema Contábil e de Controle Interno.

4. MBE – Impostos Compensados PERT

Em dezembro de 2018 a Companhia reconheceu nas Demonstrações Contábeis os efeitos do Programa Especial de Regularização Tributária – PERT. Esse programa permitiu que a Companhia compensasse diversos impostos que estavam em atraso. Ocorre que alguns valores que foram compensados nesse parcelamento não foram localizados no passivo, e assim foram registrados diretamente como despesa. O total de impostos não localizados e registrados na despesa foi de R\$ 1.428.706,64.

Recomendação: Que seja elaborada uma conciliação rigorosa das contas contábeis de Impostos e Parcelamentos a Pagar, com os Relatórios extraídos do site da Receita Federal do Brasil – RFB, com objetivo de que as Demonstrações Contábeis apresentem a real posição econômica e financeira da Companhia.

5. MBE – Adiantamento a Fornecedores em Aberto há Longa Data

Mediante análise das conciliações da Empresa M.B.E., observamos que a composição da conta contábil Adiantamento a Fornecedores apresenta valores em aberto há longa data, conforme demonstrado no quadro a seguir:

NACIONAIS

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Fornecedor	Período	Valor – R\$
Fabograf Artes Gráficas Ltda	29.11.2011	107.397,31
TOTAL		107.397,31

INTERNACIONAIS

Fornecedor	Período	Valor – R\$
Apple Toys	15.03.2013	53.407,78
SBV Group Limited	06.05.2014	51.884,89
Bladez Toys Ltd	14.08.2015	382.155,18
Denmam Development	17.09.2015	253.794,41
Harbour Toys Product	15.05.2015	31.786,08
TOTAL		773.028,34

Recomendação: Que a Contabilidade, em conjunto com o Departamento Financeiro, analise se esses e outros valores que eventualmente estejam pendentes há longa data são objeto de realização. Caso esses valores sejam considerados não realizáveis, deve ser realizada a baixa contábil.

6. M.B.E. – Provisão Para Direitos Autorais

Na conciliação da conta Provisão Para Direitos Autorais consta o valor de R\$ 1.685.565,32, referente a royalties devidos para a empresa Hasbro, que está em aberto no balanço patrimonial há longo tempo. A Assessoria Jurídica da Companhia nos informou que esse assunto está sendo tratado na área judicial e considerou esse processo com chance remota de perda.

Recomendação: Analisar minuciosamente esse caso e definir a real existência dessa dívida, bem como a permanência desse saldo como provisão no passivo, tendo em vista que esse caso está sendo tratado pela Assessoria Jurídica como chance remota de perda.

7. M.B.E. –Transferências de Despesas

É procedimento da Administração transferir contabilmente os valores de despesas da Manufatura de Brinquedos Estrela (MBE) para outras Empresas do Grupo, mediante rateio. No entanto, não existe um percentual fixo estabelecido para esse rateio, assim, ora o valor transferido aumenta e ora diminui.

Nesse exercício houve excesso nos valores de despesas administrativas transferidas, assim, o saldo da conta dessas despesas na demonstração do resultado ficou credor no montante de 1.213.767,58. Após questionamento da Auditoria,

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

houve uma reversão parcial dessas transferências e o saldo das despesas administrativas ficou devedor no montante de R\$ 434.372,46, saldo considerado ainda baixo para o porte da Companhia e em relação ao saldo de 2017, que foi utilizado como comparativo para apresentação das Demonstrações Contábeis.

Esse procedimento pode ser questionado pelo Fisco, e, conseqüentemente, ser objeto de autuações pelos órgãos competentes.

Vale ressaltar que para fins de Demonstrações Financeiras Consolidadas não há nenhum efeito ou distorção.

Recomendação: Que o procedimento de ratear as despesas seja realizado com base em critérios de avaliação consistentes e uniformes, devidamente aprovados pela Diretoria, visando evitar questionamentos e/ou autuações em eventual fiscalização.

8. Empréstimos

Mediante confronto entre os saldos contábeis e as respostas de confirmações externas (Circularização), observamos a existência de divergências nas contas contábeis de empréstimos relacionadas nos quadros a seguir:

MBE:

Instituição	Saldo Contábil – R\$	Confirmação Externa – R\$	Divergência – R\$
Pangu Empréstimo	966.502,35	533.570,37	432.931,98
Banco Sofisa	3.268.609,58	3.333.040,17	(64.430,59)
TOTAL	4.235.111,93	3.866.610,54	368.501,39

EDB:

Instituição	Saldo Contábil – R\$	Confirmação Externa – R\$	Divergência – R\$
Banco Sifra	5.257.272,40	5.337.368,24	(80.095,84)
FIDC Multisetorial Hope	2.581.972,81	2.322.261,98	259.710,83
BRR Fundo Multi Recebíveis	654.770,11	583.340,78	71.429,33
Credit Brasil	659.566,57	929.436,61	(269.870,04)
TOTAL	9.153.581,89	9.172.407,61	(18.825,72)

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Solicitamos ao Departamento Financeiro a justificativa dessas divergências, porém, não obtivemos resposta até o fim de nossos trabalhos em campo.

Recomendação: Que as divergências mencionadas nos quadros acima sejam analisadas, visando aprimorar o Sistema Contábil e de Controle interno.

Agradecemos à atenção dispensada e colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente,

MILTON M. RODRIGUES

Sócio-Diretor

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

1 - Estes valores ficaram parados nas contas contábeis citadas e foram baixados em Janeiro/2019.

2 - Foi contabilizado sem levar em conta a atualização da norma citada, serão feitos os ajustes no 2º trimestre/2019.

3 - Já foram tomadas as devidas providências para a melhoria do processo de informações e inserção delas no ERP.

4 - Esses valores são referentes impostos compensados com processos antigos que não foram acatados pela Receita Federal. Não há mais impostos nessa situação.

5 - Os adiantamentos nacionais são objetos de realização e está sendo liquidado gradativamente no decorrer das operações junto ao fornecedor.

Em relação aos adiantamentos internacionais será feita uma análise criteriosa afim de regularizar os saldos das contas contábeis.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

6 - Após análise certificamos que deveria ser estornado da Provisão de Direitos Autorais. O ajuste foi realizado em Janeiro/2019.

7 - As transferências foram efetuadas afim de alocar os gastos nas empresas que ocorreram de fato. Por motivo de cadastro negativo, foram efetuados gastos em empresas do grupo e alocados na proporção devida nas empresas que produziram de fato.

8 - A questão de os valores apresentarem divergências na circularização, dá-se ao fato de algumas entidades que intermediam as operações com os Fundos, não terem um sistema hábil que disponibilize informações com data base ou retroativa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A empresa não tem contato direto com órgãos públicos ou acordos firmados com órgãos da administração pública, nacional ou estrangeira.

No entanto a empresa não permite a prática de corrupção e suborno, na forma ativa ou passiva, quer por meio de atos ou omissões, quer por via da criação e/ou manutenção de situações de favorecimento por meio de pagamentos de facilitação ou de outras irregularidades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controle interno.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. a**

		2018	2017	2016
LIQ. GERAL	AC+RLP	0,28	0,30	0,33
	PC+ELP			
Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Os índices mostram que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui em média R\$ 0,33 para a quitação.				
LIQ. CORRENTE	AC	0,17	0,21	0,23
	PC			
Os índices revelam a curto prazo insuficiência de fundos para o pagamento das obrigações, sendo que para cada R\$ 1,00 de dívida, havia apenas R\$ 0,21 para liquidação em 2017.				
LIQ. SECA	AC-ESTOQUE	0,13	0,17	0,18
	PC			
Excluindo o valor dos estoques, nesses índices podem ser avaliados uma menor capacidade de liquidação das obrigações. Seguindo o mesmo conceito, observa-se que faltam recursos para quitação das dívidas.				
LIQ. IMEDIATA	DISPONIVEL	0,001	0,006	0,005
	PC			
Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações demonstrando portanto, uma baixa capacidade da empresa nos três anos.				
GRAU DE ENDIV.	CAP. TERCEIROS	-1,48	-1,52	-1,58
	PL			
Representa quanto a empresa tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio. Não há porém, como analisar os índices por eles serem negativos, reflexo do saldo do Patrimônio Líquido.				
S/ RECURSOS TOTAIS	PC + ELP	310%	294%	273%
	AT TOTAL			
Indica a porcentagem de capitais de terceiros sobre o investimento total da empresa, onde pode-se verificar que capitais de terceiros compõem grande parte do passivo.				
COMPOS. ENDIVID.	PC	80%	79%	80%
	P EXIGIVEL TOTAL			
É um importante índice para medir o comprometimento da empresa no curto prazo, tendo a empresa em média 78% do endividamento no curto prazo, nos três períodos.				
PRAZO MÉDIO ESTOCAGEM	ESTOQUE X 360	118,63	103,99	88,65
	CPV			
O índice Prazo Médio de Estocagem corresponde ao tempo médio em dias, ao tempo de produção, estocagem e renovação desse estoque demonstrando então que a empresa necessita em média 140 dias para fazer o giro dos estoques.				
PRAZO MÉDIO RECEBIMENTO	CONTAS RECEBER X 360	91,21	105,38	123,91
	VENDAS ANUAIS			
Este índice expressa o tempo médio, em dias que a empresa necessita para converter seus itens de contas a receber em dinheiro, sendo quase 4 meses um tempo relativamente alto.				
PRAZO MÉDIO PAGAMENTO	CONTAS PAGAR X 360	55,78	55,93	67,05
	COMPRAS ANUAIS			
Esse índice mede quanto tempo, em média, a empresa leva para pagar seus fornecedores, e na média dos últimos 2 anos pode-se apurar um tempo de quase 2 meses.				

O ano de 2018 acabou apresentando um quadro ainda adverso para o setor de brinquedos, ficando abaixo das previsões feitas no começo do exercício. O ano teve início com uma expectativa positiva em função das boas vendas ocorridas no Natal passado, mas em seguida revertida, entre outros fatores, pela greve nacional dos caminhoneiros.

Como se não bastassem esses contratemplos, o mercado de brinquedos também foi impactado no Dia das Crianças, em outubro, pelo segundo turno das eleições presidenciais. O ambiente social bastante conturbado afastou muito os consumidores das lojas, influenciando negativamente o desempenho das vendas de brinquedos.

Com todos estes fatores negativos, o Brasil terminou o ano de 2018 com mais um desempenho econômico abaixo do esperado, fazendo o PIB brasileiro correr o risco de acabar esta década com uma recessão das piores dos últimos tempos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

b. estrutura de capital:

Consolidado	2018	2017	2016
Ativo Circulante	89.181.050,40	108.512.058,91	113.116.718,32
Passivo Circulante	514.912.733,61	523.306.420,25	494.312.458,22

Não é possível apresentar índices percentuais de proporção devido ao capital próprio estar negativo.

Os objetivos ao administrar seu capital são de manter a capacidade e continuidade da Companhia, porém atualmente está sendo prejudicada pela situação financeira crítica em decorrência da instabilidade econômica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil de nosso endividamento e nossa geração de caixa, os compromissos estão sendo liquidados regularmente dentro dos limites financeiros da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa de maneira apropriada para o desempenho de nossas atividades.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Para informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez, vide alínea (f) abaixo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O índice utilizado foi Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais, onde expressa qual a porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros.

$PCTRT = (\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo} / \text{ativo total}) \times 100$

$PCTRT = \frac{646.383.829,01}{208.832.564,91} \times 100 = 309\%$

Nossa principal fonte de endividamento é a captação de recursos destinados ao financiamento de capital de giro.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

			SALDO EM		
EMPRESTIMOS RELEVANTES	TIPO DA DÍVIDA	GARANTIA	2018	2017	2016
i) Conta Garantida	Curto Prazo	100% Duplicatas	3.268.609,58	3.269.208,11	4.187.497,19
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Duplicatas + Domicilio Bancário	11.292.846,72	12.224.390,10	10.396.152,81
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	100% Duplicatas + Aval		-	-
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Aval		-	-
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Contrato Negociação	16.608.031,41	10.975.233,25	3.247.383,11
ii) Empréstimos Bancários	Longo Prazo	Contrato Negociação	2.203.174,44	6.491.747,73	9.259.121,38

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Consolidado	2018	2017	2016
1º Créditos trabalhistas	47.061.956,29	45.239.169,96	41.740.494,07
2º Créditos com garantia real	58.794.997,62	56.374.736,80	61.662.035,27
3º Créditos tributários	504.765.188,88	512.901.046,70	461.311.087,41
E demais créditos em especiais fornecedores	36.145.122,09	47.245.716,18	55.904.492,35

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Para os financiamentos adquiridos no período, não houve restrições impostas à Companhia com relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de ativos, sendo o crédito proporcional ao risco contemplado de forma desejável.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Todos os instrumentos de financiamento já contratados pela Companhia foram inteiramente utilizados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise vertical e horizontal:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

CONSOLIDADO - Valores expressos em milhares de reais									
ATIVO	2018	Vertical 2018 (%)	Horizontal (%)	2017	Vertical 2017 (%)	Horizontal (%)	2016	Vertical 2016 (%)	Horizontal (%)
CIRCULANTE									
Disponibilidades	335	0,16	(88,60)	2.938	1,30	17,66	2.497	1,10	915,04
Contas a receber	44.175	21,15	(20,13)	55.311	24,56	(14,00)	64.315	28,25	(23,02)
Estoques	20.904	10,01	1,72	20.550	9,12	(14,29)	23.976	10,53	(15,06)
Adiantamentos diversos	4.728	2,26	(5,70)	5.014	2,23	28,93	3.889	1,71	(18,66)
Outras contas a receber	19.039	9,12	(22,92)	24.699	10,97	33,94	18.440	8,10	6,47
Total do ativo circulante	89.181	42,70	(17,81)	108.512	48,18	(4,07)	113.117	49,68	(15,66)
NÃO CIRCULANTE									
LONGO PRAZO									
Partes relacionadas	8.396	4,02	7,97	7.776	3,45	10,00	7.069	3,10	29,35
Depósitos judiciais	80.812	38,70	2,15	79.112	35,12	5,58	74.933	32,91	62,08
Créditos tributários	3.944	1,89	3,00	3.829	1,70	3,07	3.715	1,63	6,57
Outras contas a receber	1.466	0,70	54,32	950	0,42	(74,75)	3.763	1,65	(69,17)
Total do longo prazo	94.618	45,31	3,22	91.667	40,70	2,44	89.480	39,30	32,78
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangíveis	1.723	0,83	4,74	1.645	0,73	3,20	1.594	0,70	5,08
Imobilizado	23.311	11,16	(0,44)	23.413	10,39	(0,35)	23.496	10,32	(14,89)
					-			-	
Total do ativo não circulante	119.652	57,30	2,51	116.725	51,82	1,88	114.570	50,32	18,71
TOTAL DO ATIVO	208.833	100,00	(7,28)	225.237	100,00	(1,08)	227.687	100,00	(1,28)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO	2018	Vertical 2018 (%)	Horizontal (%)	2017	Vertical 2017 (%)	Horizontal (%)	2016	Vertical 2016 (%)	Horizontal (%)
CIRCULANTE									
Empréstimos e financiamentos	58.304	27,92	6,19	54.905	24,38	(7,33)	59.251	26,02	(0,73)
Fornecedores	11.171	5,35	19,82	9.323	4,14	(28,98)	13.128	5,77	(41,62)
Salários e encargos a pagar	43.403	20,78	2,35	42.406	18,83	8,72	39.003	17,13	44,11
Impostos, contribuições a recolher	368.888	176,64	(5,12)	388.795	172,62	9,34	355.597	156,18	36,24
Impostos parcelados	21.600	10,34	28,99	16.745	7,43	43,76	11.648	5,12	45,00
Prov. para férias e encargos sociais	3.659	1,75	29,16	2.833	1,26	3,47	2.738	1,20	28,73
Prov. p/ perda com investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	7.888	3,78	(4,95)	8.299	3,68	(35,90)	12.947	5,69	96,35
Total do passivo circulante	514.913	246,57	(1,60)	523.306	232,34	5,87	494.312	217,10	27,73
NÃO CIRCULANTE									
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO									
Empréstimos e financiamentos	491	0,24	(66,60)	1.470	0,65	(39,03)	2.411	1,06	(80,21)
Impostos parcelados	122.503	58,66	(4,36)	128.081	56,86	12,85	113.496	49,85	5,22
Provisão para contingências	2.425	1,16	(19,46)	3.011	1,34	3,68	2.904	1,28	65,9429
Outras contas a pagar	6.435	3,08	9,22	5.892	2,62	(21,38)	7.494	3,29	3
Total do passivo não circulante	131.854	63,14	(4,77)	138.454	61,47	9,62	126.305	55,47	(2,1695)
Participação minoritária	(383)	(0,18)	(27,05)	(525)	(0,23)	2,34	(513)	(0,23)	22,43
PASSIVO A DESCOBERTO REPRESENTADO POR:									
Capital	30.602	14,65	-	30.602	13,59	-	30.602	13,44	-
Reavaliação de ativos próprios	9.078	4,35	8,61	8.358	3,71	(9,80)	9.266	4,07	-
Prejuízos acumulados	(477.231)	(228,52)	0,48	(474.958)	(210,87)	9,87	(432.285)	(189,86)	32,31
Patrimônio Líquido	(437.551)	(209,52)	0,36	(435.998)	(193,57)	11,11	(392.417)	(172,35)	37,67
TOTAL DO PASSIVO	208.833	100,00	(7,28)	225.237	100,00	(1,08)	227.687	100,00	(1,28)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2018	Vertical 2018 (%)	Horizontal (%)	2017	Vertical 2017 (%)	Horizontal (%)	2016	Vertical 2016 (%)	Horizontal (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	174.361	100,00	(7,73)	188.964	100,00	1,13	186.854	100,00	(25,74)
Devoluções e cancelamentos	(3.457)	(1,98)	7,59	(3.213)	(1,70)	21,80	(2.638)	(1,41)	(45,43)
Impostos sobre vendas	(35.635)	(20,44)	(17,14)	(43.008)	(22,76)	(0,60)	(43.266)	(23,15)	20,30
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	135.269	77,58	(5,24)	142.743	75,54	1,27	140.950	75,43	(33,14)
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(71.742)	(41,15)	13,10	(63.435)	(33,57)	(10,83)	(71.140)	(38,07)	(33,22)
LUCRO BRUTO	63.527	36,43	(19,90)	79.308	41,97	13,61	69.810	37,36	(33,06)
DESPESAS OPERACIONAIS									
Despesas com vendas	(30.789)	(17,66)	(20,06)	(38.516)	(20,38)	(7,48)	(41.631)	(22,28)	7,86
Despesas administrativas	(38.272)	(21,95)	16,10	(32.966)	(17,45)	0,59	(32.773)	(17,54)	(3,91)
Honorários dos administradores	(1.235)	(0,71)	3,69	(1.191)	(0,63)	1,10	(1.178)	(0,63)	13,71
Outras rec./despesas oper. líquidas	24.476	14,04	(300,26)	(12.222)	(6,47)	144,24	(5.004)	(2,68)	(69,14)
RESULTADO ANTES DO RES. FINANCEIRO	17.707	10,16	(416,93)	(5.587)	(2,96)	(48)	(10.776)	(5,77)	(175,16)
Receitas financeiras	4.746	2,72	(38,13)	7.671	4,06	(18,27)	9.386	5,02	100,34
Despesas financeiras	(51.010)	(29,26)	11,71	(45.664)	(24,17)	(25,25)	(61.090)	(32,69)	59,91
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	(28.557)	(16,38)	(34,47)	(43.580)	(23,06)	(30,25)	(62.480)	(33,44)	225,76
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DA CSLL E IR	(28.557)	(16,38)	(34,47)	(43.580)	(23,06)	(30,25)	(62.480)	(33,44)	225,76
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão p/Crédito Imposto Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(28.557)	(16,38)	(34,47)	(43.580)	(23,06)	(30,25)	(62.480)	(33,44)	146,05

Pode-se observar que a variação mais relevante corresponde a contas a receber em geral, estoque e depósitos judiciais. Esses são os dois maiores índices sobre o total do ativo, as demais contas mantem baixa representatividade. No grupo do passivo os impostos em geral representam com folga o maior percentual sobre o total do passivo, nos três períodos. E por fim, na demonstração de resultados as contas que ganham destaque nas variações são as de custos e despesas de vendas.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. a**

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

RESULTADO OPERACIONAL FINANCEIRO	2018	2017	2016
Volume expedido em peças ano	5.876.074	6.560.739	7.511.590
Receita líquida (em R\$)	119.304.343	182.559.996	180.683.520
Receita líquida (em R\$ / peça)	20,3	27,53	24,05
Custo (em R\$)	-61.455.702,70	-66.285.307,70	- 74.668.897,34
Custo unitário (em R\$ / peça)	-10,46	-17,72	-9,94
Margem bruta (em R\$ / peça)	9,84	9,81	14,11
Margem bruta (%)	48,49%	35,62%	59,00%
VARIAÇÕES	2018 x 2017	2017 x 2016	2016 x 2015
Receita líquida (em R\$ / peça) (%)	-27,0%	14,5%	-15,0%
Custo unitário (em R\$ / peça)	-41,0%	78,3%	-39,0%
Margem bruta (%)	0,4%	-39,6%	38,4%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Nova política comercial adotada pela Cia

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Estabelecimentos de nova meta de vendas, afetando diretamente os volumes e focando em produtos mais rentáveis e mais competitivos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado:

Mudança na política de Transferência entre empresas do grupo contribuíram para a redução do custo.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

A Diretoria esclarece que não houve durante o exercício nenhum dos eventos mencionados nesse item que pudessem produzir efeitos relevantes no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Em 2018, 2017 e 2016 não houve alteração nas práticas contábeis da empresa.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2018, 2017 e 2016 não houve alteração nas práticas e, portanto, não há efeitos.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**2018****1. REFIS 2014 e PERT – Débitos Previdenciários**

A Diretoria esclarece que sobre as ênfases constantes no Relatório do Auditor, relativamente ao REFIS 2014 e PERT-Débitos Previdenciários, devem ser comentados os seguintes aspectos:

REFIS 2014-O pagamento e liquidação do débito confessado pela Companhia no REFIS 2014, continua dependendo de homologação dos créditos de prejuízos fiscais e das bases negativas de CSLL para pagar juros e multas, sendo que para pagar o valor do principal existe um depósito em dinheiro na CEF, suficiente para essa liquidação. Porém ainda existe recurso judicial pendente de apreciação relativamente aos critérios de pagamento e até o momento não há decisão definitiva transitada em julgado. Esse contexto justifica o não reconhecimento, por ora, dos efeitos contábeis da adesão ao REFIS 2014, tendo a Diretoria adotado correta postura conservadora, na proteção dos interesses dos acionistas e da Companhia.

PERT- Débitos Previdenciários

A Diretoria não reconheceu quaisquer efeitos no Passivo, Resultado e Patrimônio Líquido relativamente a adesão do PERT –Débitos Previdenciários, tendo em vista que esses débitos estão sendo objeto ainda de apreciação e homologação pelas competentes autoridades fiscais federais, sem decisão definitiva até o momento. Assim seria precipitada qualquer antecipação dos efeitos pois dependendo da decisão futura da União poderia haver mudança desses efeitos. Também nesse caso a Diretoria adotou postura conservadora no interesse dos acionistas e da Companhia como um todo.

2016 e 2017**1. Incerteza Relevante relacionada à continuidade operacional:**

A companhia vem conseguindo levantar linhas de financiamento de capital de giro para garantir as operações, sendo que estas linhas têm sido suficientes para que a companhia mantenha sua posição de mercado e gradativamente venha a criar condições de conseguir linhas de crédito de mais longo prazo.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**2. Incerteza relacionada ao Deferimento de Pedido de Parcelamento – REFIS 2014 e PERT**

A Companhia vem mantendo regularmente os pagamentos do REFIS/2009 (Refis da Crise) que estão deferidos. Com relação ao Refis 2014 (Refis da Copa) a efetivação da quitação do débito depende de pagamento do principal da dívida através de liberação de depósito judicial existente na CEF, a disposição do Juízo Federal, e depende do pagamento da multa e juros por compensação com créditos de Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas de CSLL. Esse débito está garantido em Juízo pelo depósito de TDA's a vencer e por depósitos em dinheiro decorrentes de TDA's vencidas e resgatadas. A Companhia esclarece que ainda a Receita Federal do Brasil não verificou os créditos de Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas de CSLL para homologar essa compensação, apesar de decorrido mais de 360 dias do requerimento de homologação feito pela Companhia. A Companhia e sociedades controladas, no exercício de 2017 aderiram ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) criado pela Lei 13.496/2017, incluindo vários débitos relativos a tributos federais conforme indicado nas Demonstrações Financeiras do exercício. O pagamento desses débitos, está sendo feito uma parte em dinheiro, relativa ao principal da dívida, e a parte relativa as multas e juros serão pagas por compensação de créditos de Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas de CSLL, da Companhia e das sociedades controladas. A Receita Federal do Brasil tem 5 anos para verificação e homologação desses créditos, o que ainda não ocorreu. A solução dessa pendência está dependendo dos procedimentos da RFB não podendo, no momento, serem mensurados os efeitos da adesão ao PERT/2017.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A Estrela prepara suas demonstrações financeiras com base em estimativas e assunções decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que a Estrela adota são aquelas que acredita serem relevantes para determinar sua condição financeira e resultados operacionais. A aplicação de suas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que sua administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os seus ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Estrela, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das suas estimativas. A Estrela revisa suas estimativas e assunções correlatas pelo menos trimestralmente. A discussão abaixo expressa o que a administração da Estrela entende serem suas práticas contábeis críticas.

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Estrela e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Contábeis da Estrela e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Estrela e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

a) Ativo não circulante (investimento em controlada, imobilizado e intangível)

Demonstrado ao custo de aquisição e construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 nos casos aplicáveis e combinado com os seguintes aspectos:

- Investimento em controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do ágio e deságio a amortizar. Os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido da provisão para perdas.
- Gastos pré-operacionais capitalizados ao imobilizado durante o período de construção e a fase de testes pré-operacionais dos bens, quando aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

· Depreciação de bens do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na nota explicativa nº 10. Em atendimento ao parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial, a Companhia e sua controlada efetuarão a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

A administração mantém-se conservadora e prefere utilizar o método linear de depreciação, mesmo havendo outras opções para o cálculo podendo resultar diferentes valores. O deságio em coligada possui o mesmo critério, seguindo tabelas sugeridas em lei.

b) Provisão para contingências

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Companhia e de sua controlada, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

É considerada crítica por abordarem causas a serem julgadas, não sendo conhecidas as conclusões das sentenças, podendo os valores serem acordados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

iv. contratos de construção não terminada

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não existem quaisquer outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Como já indicado, não existem quaisquer outros itens relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há plano de negócios.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há planos para novos produtos a serem indicados.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores com influência relevante.